

KARL POLANYI E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM NOVO OLHAR SOBRE O REGIONAL / LOCAL?

Waldecy Rodrigues¹
Nayara Silva Santos²

RESUMO

Por muito tempo a ideia do desenvolvimento esteve sempre associada à expansão das formas capitalistas de produção e às suas consequências em termos do progresso técnico e de acumulação de riquezas. Polanyi, para além do economicismo, aqui compreendido como a dimensão da acumulação de capital como a única responsável pelo motor do crescimento e as mazelas sociais e ambientais, abre perspectiva para uma visão plural e multifacetado do processo de desenvolvimento. Este artigo, portanto, tem como objetivo contemporizar o aporte teórico Karl Polanyi resgatando a contribuição deste autor para o entendimento do processo de desenvolvimento a partir de uma concepção plural. De acordo com Polanyi (2012a; 2012b, 1947), nas sociedades pré-capitalistas, todos os sistemas econômicos conhecidos eram organizados segundo os princípios de redistribuição, reciprocidade, domesticidade, troca mercantil (mercado) esses princípios alimentavam a pluralidade de um sistema, não fundamentado exclusivamente mercado. Interpretar esses princípios dentro da conjuntura moderna pode ser um caminho para se entender a existência e importância da pluralidade no sistema social como um todo.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Karl Polanyi; Economia Plural.

KARL POLANYI AND ECONOMIC DEVELOPMENT: A NEW PERSPECTIVE ON REGIONAL / LOCAL?

ABSTRACT

For long, the idea of development had been linked to the expansion of the capitalist ways of production as well as their consequences as to the technical and riches accumulation progress. The contemporaneous debate, however, has rescued Karl Polanyi's principles and themes Polanyi, further than economicism, here understood as the dimension of capital accumulation, as the only one which has been responsible for growth motor and environmental evils along with the social ones. It opens a perspective for a plural and multifaceted glance at the development process. This article aims to contemporize Karl Polanyi's theoretical approach by rescuing this author's contribution to the understanding on the development process from a plural conception. According to Polanyi (2012a; 2012b, 1947), in pre-capitalist societies, every known economic system was organized according to such principles as redistribution, reciprocity, domesticity and market change. Those principles used to support a system plurality which had no substance; it was exclusively a market. Interpreting those principles within the modern juncture may be a way to understand both the existence and importance of plurality in the social system as a whole.

Keywords: Regional Development; Karl Polanyi; Plural Economy.

JEL: O1

¹ Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade Federal do Tocantins - Pós Doutor em Economia (UnB). Doutor em Ciências Sociais (UnB). E-mail: waldecy@terra.com.br

² Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade Federal do Tocantins – Mestre em Desenvolvimento Regional. E-mail: nayarasantos.uft@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

É longa a tradição de cientistas sociais que buscam interpretações abrangentes do fenômeno humano. O húngaro Karl Polanyi (1886-1964) foi um dos mais eruditos e mais originais cientistas sociais do século XX (BENJAMIM, 2012b). Autor cujo campo de investigação é, por excelência, multidisciplinar, seus trabalhos são tomados como referência para a chamada sociologia econômica e para uma compreensão da economia plural e do processo de desenvolvimento em termos multidimensionais.

Por muito tempo a ideia do desenvolvimento esteve sempre associada à expansão das formas capitalistas de produção e às suas consequências em termos do progresso técnico e de acumulação de riquezas. Atualmente, o olhar puramente econômico já não justifica, uma vez que o processo de desenvolvimento não é monolítico, mas multifacetado. A necessidade de um entendimento mais amplo desse processo fez emergir outras abordagens mais complexas que envolvem fundamentalmente novos rumos que apontam para o desenvolvimento sustentável e novas articulações entre o Estado, sociedade civil e o meio.

Em busca de novas respostas o debate contemporâneo tem resgatado princípios e temas formulados por Karl Polanyi durante e após a segunda guerra mundial. Polanyi, para além do economicismo, aqui compreendido como a dimensão da acumulação de capital como a única responsável pelo motor do crescimento e as mazelas sociais e ambientais, abre perspectiva para uma visão plural e multifacetado do processo de desenvolvimento.

Karl Polanyi abandona a primazia do econômico em detrimento do social e reconhece a existência de sistemas econômicos que não obedecem apenas ao princípio mercado, propõe uma abordagem que identifique os diversos princípios econômicos, de modo a clarificar as relações de complementaridade e de contraposição existentes entre eles. Com essas observações ele amplia as dimensões de análise, recoloca os problemas das causas da geração e distribuição da riqueza e abre novas oportunidades para pensar estratégias de promoção do desenvolvimento.

Este artigo, portanto, tem como objetivo contemporizar o aporte teórico Karl Polanyi resgatando a contribuição deste autor para o entendimento do

processo de desenvolvimento a partir de uma concepção plural. Além desta introdução o artigo está organizado em cinco tópicos; o primeiro aborda a “A Grande Transformação” momento em que, segundo Polanyi, acontece a mercantilização da sociedade. No segundo tópico é apresentado a concepção teórica de Karl Polanyi; em seguida é feito um paralelo entre as teorias de desenvolvimento regional e pressuposto de polanyiano e por fim são feitas as considerações finais.

2 A GRANDE TRANSFORMAÇÃO: A MERCANTILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Em 1944, Polanyi publicou sua obra mais prestigiada, *A grande transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo* (*The great transformation: the political and economic origins of our time*). Nessa obra, Polanyi busca desvendar a origem da economia capitalista erigida na Inglaterra do início do século XIX, através da desmistificação do caráter natural e eterno atribuído ao mercado pelo liberalismo econômico.

Segundo Polanyi (2012a), a revolução teve início no século XVI quando os campos e as áreas comuns foram cercados pelos senhores, e condados inteiros se viram ameaçados de despovoamento. Dos cercamentos surgiram as primeiras sementes do processo que acabaria levando à Revolução Industrial, na medida em que terras eram cercadas, acabando com as terras comuns. Obteve-se abundância de lã, que seria usada no setor têxtil, desenvolvido posteriormente baseado no algodão.

Os cercamentos representaram a extinção do direito do uso da terra. No modo de produção feudal as terras comunais eram um bem destinado à produção camponesa. A partir do momento em que se processa a transição para o modo de produção capitalista, a terra passou a ser encarada como um bem de produção. Desse modo, uma parte dos senhores feudais ingleses passou a cercar suas terras, arrendando-as como pastagens para a criação de ovelhas, cuja atividade requeria pouca mão-de-obra.

A paisagem rural inglesa que era caracterizada pelo *openfield* (o campo aberto, sem vedação) passou a ter sua exploração nos campos fechados. Essa mudança selou a transição para o modo de produção capitalista. A Revolução Industrial se desenvolveu ao custo do desmonte do sistema de

produção anterior. Ela representava, antes de tudo, a ruptura das relações com o antigo mundo feudal e marcava a estruturação de um novo mundo com a imposição de um novo mecanismo institucional.

O processo intensificou-se no século XVIII; a lã das ovelhas abastecia as manufaturas de tecidos. Essa nova configuração culminou na formação de um enorme contingente servil desocupado no campo que acabou migrando para as cidades em busca de trabalho nas manufaturas. O excesso de mão-de-obra disponibilizado, resultou em salários baixos.

Antes da Revolução Industrial menos de 10% da população vivia nas cidades. O tecido rural era formado, em sua grande maioria, por pequenos agricultores que proviam suas necessidades com os rendimentos do campo. A revolução agrícola desenraizou o trabalhador e ameaçou a segurança social, provocando aumento da população nas grandes cidades devido à falta de perspectivas de trabalho no campo.

Grande parte do dano social ocorrido no campo inglês se originou, inicialmente, nos efeitos desarticuladores que o comércio exerceu diretamente no campo. A Revolução Agrícola antecedeu definitivamente à Revolução Industrial. Tanto os cercamentos das terras comuns quanto às consolidações dos arrendamentos compactos, que acompanharam o novo e grande avanço nos métodos agrícolas, acarretavam resultados muito perturbadores. A guerra contra as habitações do campo, a absorção das hortas e terrenos que rodeavam essas habitações, o confisco dos direitos sobre as terras comuns, privaram a indústria doméstica de seus dois esteios: os rendimentos familiares e o "pano de fundo" agrícola (POLANYI, 2012a).

O cenário urbano foi um reflexo do meio rural, os pequenos artesões em suas oficinas perderam seus postos de trabalho para as grandes indústrias. A situação se agrava ainda mais com o crescimento da massa urbana, consequência da desarticulação do meio rural que intensificou processo de migração do campo para a cidade.

As cidades nesse período cresceram rapidamente, tanto é que em 1780 a população total inglesa, que era de apenas 8,5 milhões de habitantes, chegaria a 9 milhões em 1801, 16 milhões em 1841 e, quarenta anos depois, 36 milhões. Por volta de 1850, o país se tornaria um dos primeiros do mundo

moderno a possuir uma população urbana numericamente superior à rural (REIS, 2008). Formando aquilo que Friedrich Engels chamou de “exército industrial de reserva” (POLANYI, 2012a, p. 114).

A indústria não assegurava postos de trabalho suficiente a toda massa populacional que dela dependia. “Os operários que hoje estão empregados podem muito bem estar nas ruas amanhã, mendigando o pão [...]. A incerteza quanto às condições de trabalho é o resultado mais perverso destas inovações” (POLANYI, 2012a).

Essa situação não resume toda problemática vivenciada; os laços sociais foram desfragmentados, a pobreza cresceu de forma desordenada, as condições das pessoas que trabalhavam nas indústrias eram lamentáveis, nas palavras do autor, a grande transformação foi um processo de desarticulação social jamais visto antes (POLANYI, 2012a).

A particularidade do sistema econômico erguido na Inglaterra do século XIX foi a separação extrema do mercado das demais instituições sociais. O mercado tornou-se uma instituição autônoma, libertando-se do controle das instituições sociais. Esse processo gerou uma alternância histórica entre o controle social da economia e o controle dos mercados sobre a sociedade. O econômico ficou em um lugar de primazia em relação ao social. O mercado, que em via de regra, antes estava imerso na sociedade, que o regulava, passou a ser o regulador da sociedade (POLANYI, 2012a).

Com a extensão do sistema de mercados a todas as esferas da vida humana, a lei da oferta e da procura passou a determinar autonomamente a afetação e a remuneração de fatores de produção como a terra (a natureza) o trabalho (a própria utilidade da vida humana). A partir de então, todos os aspectos da vida social e humana passaram a ser definidos pelos padrões de troca mercantil.

Os crentes no livre mercado articularam o sistema no intuito de validar políticas e medidas que contribuíram para autorregulação do mercado, criando condições para fazer do mercado o único poder organizador na esfera econômica e social (POLANYI, 2012a). Por esse motivo Polanyi não hesitou em declarar que a sociedade comercial moderna surgiu de uma imposição consciente das classes mais poderosas com subsídio fundamental do Estado;

a autonomização do mercado capitalista, não foi um processo evolucionário no que diz respeito à dimensão social.

Na sua célebre construção considerou que nas sociedades pré-capitalistas a produção e distribuição de bens estavam socialmente incrustadas (*embedded*) em instituições sociais as quais geravam processos econômicos de natureza não mercantil e regulavam os próprios mercados, podendo dizer-se que a economia era um resultado derivado das relações de parentesco, políticas ou religiosas (STIGLITZ, 2012). O mercado sempre esteve presente na história humana, porém seu papel era incidental. “Os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais que nunca, pela autoridade social” (POLANYI, 2012a, p.80).

A sociedade passou então a ser interpretada como uma sociedade de mercado e o homem como um ser puramente econômico, fato contestado por Polanyi, o qual condena o determinismo econômico que o mecanismo de mercado criou para justificar a ação do homem como ser econômico por natureza. Segundo o autor as instituições humanas detestam as motivações puras; “assim como o sustento do indivíduo e da família não costuma depender da motivação fome, a instituição da família não se baseia na motivação sexual. O homem não é um ser puramente econômico, e a sociedade não é uma sociedade de mercado” (POLANYI, 1947, p. 13).

No entanto, diante da ilusão criada pelo mecanismo de mercado, tornou-se quase impossível não acreditar que o homem era um ser econômico e a sociedade era o sistema econômico. O mecanismo de mercado afetou direta ou indiretamente todo o tecido social. Ele não só transformou a economia humana em sistema autorregulável, como também moldou o pensamento e valores com base nessa inovação singular. O historiador E. Thompson (*apud* SALE, 1999, p. 36), diz que na verdade a grande transformação “remodelou a índole e as necessidades humanas”.

A percepção que fica é que Polanyi, a partir do caso inglês, descreve a existência de “dois mundos” e, quiçá, a construção de um novo. Antes da Revolução Industrial existia um “mundo” em pleno funcionamento, governado e regido por costumes específicos, sustentado por padrões em que as relações sociais eram tecidas de uma forma particular. A grande transformação fez ruir

toda essa estrutura, as intuições e os pilares básicos desse “mundo” cederam lugar a novos; à sociedade coube apenas o doloroso processo de se adequar às novas estruturas.

Emerge então, durante a Revolução Industrial, um “segundo mundo”. Neste mundo as relações de mercados foram sendo estendidas tornando-se mais densas e difusas, enquanto as relações próprias da vida em comunidade em família foram sendo subordinadas à lógica do mercado, passando a economia de mercado a assumir uma vida própria e dominar a vida social (STIGLITZ, 2012). Neste momento o homem se transformou em um ser puramente econômico e a economia humana tornou-se uma economia de mercado.

Segundo Stiglitz (2012) o problema das transformações rápidas é que elas destroem mecanismos de cobertura, as anteriores redes de segurança, ao mesmo tempo em que criam um novo conjunto de exigências antes de ter sido possível elaborar novos mecanismos de cobertura. A transformação que narra Polanyi não só destruiu os mecanismos de cobertura, como destruiu todo o contexto social de uma época. Em cerca de cem anos, toda a Europa antes composta de sítios, reideiros e artesões tornou-se uma Europa de cidades industriais.

3 A NATUREZA PLURAL DA ECONOMIA SEGUNDO KARL POLANYI

A base conceptual e metodológica da abordagem preconizada por Polanyi consiste na distinção que o autor faz entre economia no sentido substantivo e economia no sentido formal (LISBOA, 2000). Esclarecer o significado do termo econômico, segundo Polanyi (2012b) é necessário para afastar a falácia economicista, que consiste numa tendência de identificar a economia humana com sua forma de mercado.

Polanyi (2012b) recorda que o reconhecimento da dupla origem do termo econômico, se fez ainda de acordo com a percepção da teoria neoclássica, com Carl Menger em seus “Princípios de Economia” de 1871. Menger revelou que a economia tinha duas “vertentes elementares”, uma das quais era a economizadora proveniente da insuficiência de meios, e a outra era de orientação “tecnoeconômica”, como ele a denominou, decorrente dos

requisitos físicos da produção, independente da suficiência ou insuficiência deles. A teoria neoclássica, no entanto se apropriou do significado formal, enquanto o significado substantivo desapareceu aos poucos da consciência e perdeu sua identidade no pensamento econômico.

Ao resgatar a distinção, Polanyi consente não só com o caráter dual do termo econômico, mas com afirmações traçadas por Menger o qual diz que, embora, na economia real as vertentes sejam apresentadas quase que exclusivamente juntas e, a rigor quase nunca sejam encontradas separadamente, elas provêm de fontes essencialmente diferentes, independentes uma da outra. O fato de que ocorram simultaneamente na vida real, resulta meramente da circunstância de que os fatores causais que dão origem a cada uma coincidem quase sem exceção (POLANYI, 2012b).

O conceito atual da economia se apresenta como foi posto por Menger (1891) e resulta da mescla do significado formal e substantivo, com raízes distintas e independentes uma da outra. O primeiro significado, o formal, deriva do caráter lógico da relação meios e fins, como economizar ou conseguir algo abaixo do preço. Refere-se a situações em que a escolha é induzida por uma insuficiência de meios.

O segundo significado, o substantivo, aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente. Assim, estudar a subsistência do homem é estudar o processo que o supre com os meios de satisfazer suas carências (ou necessidades) materiais. Neste contexto, a economia é ao mesmo tempo, um fenômeno material e social.

A economia substantiva pretende compreender o homem enquanto coletor, caçador, criador, artesão, consumidor, bem como, compreender o papel da natureza e as decorrentes 'interpenetrações' entre ambos. Trata-se, portanto, de ampliar o quadro analítico e inverter a lógica de ação baseada na maximização do ganho, pois é a dimensão social que 'informa' a ação econômica (POLANYI, 20012b).

Segundo Polanyi (2012b) a fusão do significado formal e substantivo é idônea, desde que permaneça a consciência de que existem limitações dos conceitos assim constituídos. Em seu sentido substantivo a economia é para

Polanyi um processo instituído de interações entre o homem e o seu ambiente, que resulta em contínua oferta de meios materiais para satisfazer as suas necessidades. O termo “instituído” pressupõe que as atividades sociais que formam este processo estão concentradas, contidas em instituições. Seus componentes econômicos, agrupados como ecológicos, tecnológicos ou sociais, não interagiriam, nem formariam unidade e identidade estrutural, sem sua expressão institucional (VINHA, 2001).

Com essa distinção, Polanyi pretende fazer entender que a atividade econômica não se reduz ao significado formal. Essencialmente Polanyi procura acentuar que a sociedade precisa recuperar o significado substantivo de “economia”, o qual não implica escolha nem insuficiência, mas refere-se ao processo institucionalizado de integração que serve à satisfação das necessidades materiais. Polanyi então discordava da teoria econômica moderna baseada na “ação corrosiva de um utilitarismo cru” que indica que as tendências do progresso econômico e suas consequências eram frutos de uma economia de mercado, tratando-as assim como um dado natural, não conseguindo ver o sentido substantivo das ações econômicas.

Seu olhar crítico busca fundamentar uma perspectiva baseada na ideia de que “a economia de mercado é uma estrutura institucional, e que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo e, mesmo assim, ela estava apenas parcialmente presente” (POLANYI, 2012a, p.40), de forma que as condições objetivas e subjetivas para seu aparecimento tiveram que ser criadas. Com isso Polanyi busca evitar a visão limitada de traduzir a economia humana. Esta deve, antes de tudo, ser reconhecida como uma atividade social que não se limita à maximização da utilidade. A recuperação do sentido substantivo do termo econômico por Polanyi fez emergir abordagens mais direcionadas à vertente substantiva da economia.

4 A RECONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO COM BASE NA CONCEPÇÃO TEÓRICA DE POLANYI

A crítica de Polanyi (2012a, 2012b, 1947) ao paradigma centrado no mercado manifestava um desejo de reestruturação social, de forma a recolocar o mercado sob o controle social. Não dentro de uma totalidade cultural

tradicional, mas com base na vida social moderna racional, diferenciada, aberta, dinâmica e primordialmente, por meio de instituições permitam a liberdade dos indivíduos democraticamente instituídos (CANGIANI, 2012).

A reestruturação social, segundo Polanyi (2012b) é possível, porque embora a economia mercantil constituísse força de mudanças, ela não eliminou completamente outras atividades que preexistiam. Atualmente a economia mercantil é o modo de produção dominante, mas não representa a totalidade das economias contemporâneas. Ao seu lado, existe a economia pública, a economia doméstica e a economia de natureza social, o que falta neste contexto é o reconhecimento/fortalecimento da pluralidade.

De acordo com a abordagem etnológica de Polanyi, nas sociedades pré-capitalistas, todos os sistemas econômicos conhecidos eram organizados segundo os princípios de redistribuição, reciprocidade, domesticidade, troca (mercado) ou ainda, por alguma combinação entre eles. Cada um dos princípios associado a um modelo institucional de suporte “identificados em qualquer sociedade como fatores de organização da produção e distribuição da riqueza” (PINTO, 2006, p. 46).

Esses princípios alimentavam a pluralidade de um sistema, não fundamentado exclusivamente mercado. Interpretar esses princípios dentro da conjuntura moderna pode ser um caminho para se entender a existência e importância da pluralidade no sistema social como um todo.

Deste modo, identificar as relações atuais orientadas pelos princípios redistribuição, reciprocidade e domesticadas, é um exercício válido, pois contribui para a reconstrução de um pensamento para além de uma economia de mercado. A interpretação que o trabalho faz busca manter certa originalidade dos princípios no que concerne à natureza, ação do agente e objetivos dos princípios.

O Estado é a esfera que opera segundo o princípio da redistribuição; é o encarregado de redistribuir os recursos provenientes dos impostos e destinados a prover as necessidades dos indivíduos. A natureza da troca (troca de natureza política), o padrão institucional (centralidade) e as características intrínsecas desse princípio é o que permite fazer essa relação. Autores como,

Demoustier (2006), França Filho e Laville (2004) e Andion (2005) adotam a relação redistribuição/Estado.

Nas sociedades pré-capitalistas, em algumas tribos, esse princípio implica na existência de um centro, onde a produção do grupo é armazenada para ser repartida de forma benéfica a todas. O princípio é marcado pela presença de uma força reguladora, uma figura central, legitimada de acordo com a tradição local (POLANYI, 2012a, 2012b).

O princípio da reciprocidade observa a relação estabelecida entre várias pessoas por meio da troca de natureza social, visando criar ou reforçar laços sociais. Está relacionada com a ajuda mútua, cooperação e solidariedade entre a sociedade. A reciprocidade é promovida pelo padrão institucional da simetria e está ligada à semelhança entre grupos; corresponde à relação estabelecida a partir da proximidade e da interação entre os atores.

Polanyi (2012a) delinea o conceito de reciprocidade com seu estudo sobre os ilhéus de Trobriand da Melanésia Ocidental onde o a subsistência da família é vista como uma tarefa de seus parentes matrilineares. Já a domesticidade, o terceiro princípio, consiste na produção para consumo próprio; o princípio é a produção e armazenamento para satisfazer as necessidades de determinado grupo familiar, o modelo base de suporte é a autarquia, cujo conceito refere-se a uma sociedade que se basta a si mesma em termos econômicos. Esse modelo é caracterizado pelo grupo fechado.

França Filho e Laville (2004) descrevem os princípios da reciprocidade e domesticidade na atualidade como a economia não monetária onde as relações de trocas se fazem segundo a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por Marcel Mauss em “Ensaio sobre a dádiva” de 1974. Neste trabalho esses princípios são tratados como uma dimensão denominada de solidariedade e economia familiar; essa dimensão englobam as atividades que em seus termos de equivalência não estão, definitivamente, sob a égide do mercado.

O mercado é princípio existente de força dominante, consiste na troca de natureza mercantil, onde são a relação se faz com base no nexos monetário. Segundo Polanyi (2012a, 2012b) o que interessa são as relações econômicas utilitaristas, pois, ao contrário da reciprocidade e da solidariedade, esse

sistema privilegia o lucro e o poder como elementos determinantes. O padrão de institucional do mercado é o próprio mercado.

Com base na economia plural, esses princípios revelam dimensões importantes para a reconstrução do pensamento econômico. Segundo Polanyi os princípios mostram que a economia sempre permitiu uma pluralidade de formas. A discussão atual que se constrói sobre a economia plural se coloca em termos de revisão dos pressupostos habituais de explicação do caráter e da natureza da atividade econômica, particularmente daquele que a reduz à ideia ao princípio de mercado.

Partindo desta interpretação existem três dimensões (baseadas nos princípios) que são: Estado, Mercado e Solidariedade e economia familiar. O conjunto das três dimensões é aqui denominado de abordagem multidimensional. É assim chamado por partir da visão multicêntrica de Polanyi, onde não se acredita em um modelo centrado na dimensão mercado.

Em todo o conjunto da obra de Polanyi é possível à importância das dimensões no contexto histórico. A dimensão Estado, por exemplo, não é difícil ver, na narrativa de Polanyi, o papel que o Estado desempenhou na transformação. Na Inglaterra do século XVIII o Estado foi o grande articulador para o estabelecimento de um mercado autorregulável e o responsável pela grande transformação vivida pela sociedade inglesa (POLANYI, 2012a).

No ápice da Revolução, o Estado agia simultaneamente como agente de transformação e de desregulamentação social. Tradições e costumes multisseculares de camponeses de todas as partes das Inglaterra, de artesãos localizados nas incipientes cidades e imigrantes de várias outras regiões da Grã-Bretanha foram drasticamente transformados, destruídos, tornando-se, na melhor das hipóteses, folclores mimetizados (REIS, 2008).

A história econômica mostra que a emergência dos mercados nacionais não foi, de forma alguma, o resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera econômica do controle social. Pelo contrário, a libertação dos mercados foi à consequência de uma intervenção consciente, e às vezes violenta, por parte do governo que impôs à sociedade a organização do mercado.

Em um levantamento detalhado das leis inglesas daquela época (a privatização das terras, a Lei dos Pobres de 1834, a Lei da Reforma de 1831, que deu enorme poder aos empregadores, a Lei do Trigo em 1846, o estímulo à imigração ou a ampliação do sistema prisional), Polanyi mostrou como o Estado, a serviço dos “empreendedores”, mobilizou-se para criar as condições em que a sociedade fosse submetida ao mercado.

No contexto atual, o pensamento de Polanyi permite legitimar a ação reguladora do Estado na economia enquanto via de defesa da sociedade contra os processos de globalização, de mercantilização e desregulação laboral e fiscal, servindo aos interesses hegemônicos. Neste ponto o legado de Polanyi é muito lido com uma tradição que em termos genéricos, pode-se vincular ao trabalho de John Keynes (1936) que foi um defensor consciente da política econômica de Estado intervencionista (CURTO et al., 2012).

Polanyi é por excelência, o defensor da intervenção estatal em defesa do trabalho, mas considera o puro assistencialismo um dos maiores desastres históricos da classe trabalhadora e do desenvolvimento industrial, como um todo. Para Polanyi a função basilar do estado, ao promover o desenvolvimento econômico é a de garantir formas de emprego e renda para sua população e colocar limites à conceituação do trabalho, da terra e da moeda como mercadorias a serem transacionadas no mercado livre, após a inevitável destruição sociedade tradicional (ZARUR, 2009, p. 6).

Polanyi parte da premissa que da mesma forma que o Estado inglês foi capaz de mobilizar-se para colocar a sociedade na dinâmica da Revolução Liberal do século XVIII, mesmo esta trazendo danos à vida social, o Estado também pode mobilizar-se para provocar mudança na sociedade no sentido de melhorar o bem-estar da população, alargando o seu leque de escolha, por exemplo, na esfera da saúde, da educação e rendimento, e expandindo as liberdades e possibilidades de participação significativa de seus cidadãos na sociedade.

Por outro lado, Polanyi coloca que os problemas da economia, têm raiz social e não política. Logo, o poder do Estado, por si só, não conseguiria resolvê-los, tais problemas teriam que ser resolvidos através de uma transformação social e cultural.

Hirschman (2000), diz que desenvolver não significa apenas crescer, mas também, distribuir. O dever de distribuir nesse sentido caberia ao Estado, assim como coube aos chefes nas sociedades tribais. Ainda de acordo com Hirschman (2000), distribuir significa criar condições para que, de maneira equânime, os habitantes de um Estado tenham acesso ao valor adicionado de forma digna e à riqueza socialmente produzida. Assim, o Estado de inspiração polanyiana é em um contexto geral, um Estado que desempenha com eficiência seu papel de agente redistribuidor, criador de novas oportunidades e simultaneamente, protetor da sociedade face aos desequilíbrios estruturais, assumindo condutas legítimas.

Partindo para a dimensão mercado, apesar de todas as provocações levantadas, Polanyi não se volta contra os mercados. Na visão do autor, os mercados são instituições importantes; a sociedade complexa não poderia existir sem eles. As críticas tecidas por Polanyi são direcionadas ao sistema de mercado autorregulável – uma economia de mercado operando tão-somente de acordo com a lei da oferta e da procura.

Os mercados sempre estiveram presentes no contexto social, no entanto a força do mercado não era dominante na configuração social. Nas sociedades anteriores os mercados desempenhavam uma função social, podendo ser considerados como um mecanismo de interação entre os indivíduos que de alguma forma contribuía para a estabilização dos laços sociais; na sociedade moderna os mercados são entendidos como um ponto de equilíbrio entre oferta e procura que funciona sem interferências dos indivíduos que o operam. Antes da imposição do mercado como instituição superior a produção para o mercado era artesanal, realizada em unidades pequenas, em geral por um número reduzido de pessoas, muitas vezes ligadas por laços de parentesco. Com a constituição do mercado moderno como instituição autônoma os espaços se transformam em ambiente “artificial” e livre de interferências sociais.

Por outro lado à medida que o mercado se expandia de local para regional, e depois de regional para nacional se intensifica também um processo de modernização. Polanyi (2012a, p.42) coloca que “a expansão dos mercados, a invenção das máquinas e outras causas interagiram de forma tal a ocasionar a Revolução Industrial”.

Os avanços tecnológicos iniciados a partir da Revolução Industrial abriram o caminho para o rápido crescimento econômico. Antes o progresso econômico era lento, levavam séculos para que a renda per capita aumentasse sensivelmente, para que houvesse avanços nos modos de produção, ou seja, o aumento da produtividade e a ampliação da produção foram impulsionados pela introdução de inovações.

Em um contexto geral a dinâmica do mercado é fundamental para o desenvolvimento de um país, estado ou município. Os conceitos e pressupostos de Polanyi não são contrários a essa intuição, mas ele assevera que o mercado não pode agir como princípio organizador e condutor da sociedade, o mercado deve fazer parte de uma estrutura social.

O princípio da reciprocidade está intimamente ligado ao princípio da domesticidade, nas condições tribais, ambos eram protegidos pelos costumes, tradições e laços afetivos, neste trabalho eles representam juntas a dimensão solidariedade e economia familiar. Polanyi através da digressão histórica mostra que existe uma estreita relação entre a economia e configuração social, a fragilização dos laços sociais produzem efeitos sobre o sistema econômico. Polanyi (2012a) mostra que extensão das relações de mercado, durante a Revolução Industrial, afetou profundamente as relações de solidariedade e de familiaridade, à medida que relações de mercado foram tornando-se mais densas e difusas as relações próprias da vida em comunidade e em família foram sendo subordinadas à lógica do mercado.

Stiglitz (1980) exhibe que esse processo não foi exclusivo da Inglaterra do século XIX, países como a Rússia e a Indonésia passaram por processos semelhantes. O modo e o ritmo das reformas aplicadas na Rússia causou a erosão das relações sociais, destruiu o capital social e levou ao aparecimento das máfias russas. Da mesma forma a eliminação dos subsídios de alimentação na Indonésia, no preciso momento em que os salários desciam vertiginosamente e as taxas de desemprego aumentavam, levou a um caos político e social.

A Revolução Industrial alterou de modo profundo as condições de vida da população, no cenário da Inglaterra oitocentista, como chama Polanyi (2012a), conforme a família se distancia das relações de parentescos,

vizinhança e da própria comunidade, tornaram-se, automaticamente, mais vulneráveis e mais dependentes do sistema econômico.

Para Polanyi (2012a) o pauperismo decorria da desorganização do mundo rural, do rompimento dos laços sociais, causada pela própria expansão do mercado. A racionalização agrícola, necessária ao estabelecimento da economia de mercado, desenraizou o trabalhador e destruiu a segurança social dos trabalhadores rurais. Sua sobrevivência, que antes era garantida não somente por rendimentos monetários, mas também por rendimentos familiares e pela produção de subsistência das terras comuns ou privadas, se tornou totalmente dependente dos rendimentos monetários.

Em vários aspectos Polanyi enaltece as sociedades primitivas, porque em sua visão elas foram capazes de criar um sistema de organização social que conseguia atender às necessidades básicas do povo. Em regra, em nenhuma sociedade anterior à sociedade de mercado, um indivíduo viu sua própria subsistência ameaçada, a menos que a comunidade como um todo, também estivesse em situação semelhante. Os laços de solidariedade permeavam as relações sociais.

Em contrapartida, a sociedade moderna, que nascera com a revolução industrial, criou um sistema que “chantageava” a própria subsistência da humanidade, neste sistema a necessidade humana tornou-se acessória diante do mercado. Na verdade a “sociedade do século XIX organizou-se de um modo que fazia com que apenas a fome e o lucro fossem motivações eficazes para o indivíduo participar da vida econômica” (POLANYI, 2012b, p.55).

Com o advento da Revolução Industrial a subsistência humana deixa de ser a motivação maior para a produção, ocorreu uma “inversão na motivação das ações por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2012a, p. 44).

Alguns autores de história econômica defendiam a tese de que se medidas por níveis de renda e crescimento demográfico, as condições dos trabalhadores ingleses eram melhores no novo contexto industrial que na sociedade rural anterior. Polanyi (2012a, p. 175) refuta essa ideia afirmando que “na realidade, uma calamidade social é um fenômeno basicamente

cultural, e não econômico, que possa ser medido por dados de renda ou de crescimento populacional”.

Ainda que a renda monetária real tenha crescido para muitos trabalhadores individuais, a insegurança material também aumentou, por causa da ameaça de desemprego industrial e do desaparecimento das garantias de subsistência para os desafortunados, que caracterizam as sociedades rurais em que os vínculos de parentesco e de vizinhança permanecem em vigor (NUNES; SCHWARTZMAN; WROBEL, 1977).

Na época as ideias lançadas por Robert Owen foram amplamente aclamadas por Polanyi. Segundo o autor “somente Owen discerniu a realidade emergente por trás do véu da economia de mercado: a sociedade. Sua visão, porém, foi perdida de novo, por um século” (POLANYI, 2012a, p. 92). Robert Owen buscou criar alternativas frente às debilidades do mercado; procurando restaurar os laços de solidariedade que haviam sido rompidos, através de cooperativas, associações, para que as pessoas não ficassem tão sujeitas ao mercado.

A literatura de hoje traz a economia solidária como uma forma de preencher o vazio deixado pela crise da solidariedade ao mesmo tempo em que dispõe alternativas de produção, que redefinem a economia para além do mercado. A economia solidária se baseia na hibridação dos recursos e no reforço dos vínculos sociais interpessoais em organizações locais. Para França Filho e Laville (2004) a natureza é híbrida, visto que não atua exclusivamente sob o princípio da reciprocidade. No cenário atual ela representa formas de resistência ao mercado, resultantes de ações coletivas que, diferentemente das filantrópicas, seriam capazes de promover a solidariedade democrática, a democratização da economia.

O enfoque da economia solidária destaca a necessidade de se reconstruir bases de sociabilidade e de atividade que alimentem as relações interpessoais, em detrimento da extensão apenas das relações mercantis. Visto essas particularidades à abordagem multidimensional adota a economia solidária como a correspondente do princípio da reciprocidade.

Através de dois retratos, Polanyi justifica a importância do princípio de reciprocidade e da domesticidade. No primeiro ele mostra como as sociedades

primitivas foram capazes de manter a ordem social através da vivência dos princípios. E no segundo, Polanyi mostra, através do retrato da sociedade inglesa, como a fragilização dos laços sociais e da capacidade de “autoprodução” (produção baseada na domesticidade) produzem efeitos calamitosos no contexto social.

De modo geral Polanyi (2012b, p. 223) coloca que a solução está na “restauração da unidade de motivações que deve instrumentar o homem na sua atividade cotidiana de produtor, a reabsorção do sistema econômico na sociedade e a adaptação criativa de nossas maneiras de viver a um ambiente industrial”.

5 CONTRIBUIÇÕES DA CONCEPÇÃO TEÓRICA POLANYIANA AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

De forma geral, para Polanyi os problemas econômicos devem ser resolvidos através da transformação social e cultural. Seus pressupostos demonstram que o desenvolvimento é um processo que vai além do domínio da economia identificado pelo progresso econômico; engloba um conjunto de indicadores que interagem entre si, reunindo aspectos sociais, estando ligada diretamente com aspectos culturais, políticos-institucionais, econômicos e ambientais; trata-se deste modo, de um fenômeno multidimensional.

Esta definição e algumas características particulares tornam a abordagem do desenvolvimento local próximo da percepção de inspiração desenvolvimento Polanyi. O desenvolvimento, neste contexto, não é vinculado a nenhum aspecto ou evento específico. Assim como o processo econômico, ele é um processo instituído, decorre de uma estrutura e de uma dinâmica organizacional propícia. Segundo Polanyi (2012b) ele é instituído porque é definido pela interação, empiricamente construída, entre o homem e seu ambiente, resultando na satisfação tanto das suas necessidades materiais quanto das psicológicas.

Na perspectiva do desenvolvimento local, a coordenação dos atores envolvidos, a cooperação entre empresas; o poder das cidades; a inovação e o conhecimento, sobretudo na capacidade local de controlar sua geração e difusão, são interpretados como mecanismos ativadores do processo de

desenvolvimento. O relevante, neste contexto, não é o tamanho das unidades produtivas, mas a dinâmica territorial. É a forma de organização da produção e sua capacidade de utilizar o potencial regional, de forma a permitir responder estrategicamente às necessidades e demandas que a dinâmica econômica tem feito surgir na fase do ciclo econômico atual.

Com essa metodologia, a comunidade é conduzida a adotar estratégias a partir do potencial de desenvolvimento e a dirigir o processo de mudança estrutural, visando aumentar o bem estar da sociedade local. A estrutura lógica do desenvolvimento endógeno estabelece uma ligação direta com as pequenas e médias empresas. A própria configuração dessas empresas é o que garante a competitividade no mercado, a geração de economias de escala e redução dos custos de transação assegurando a viabilidade desse modelo.

Esse é um aspecto em comum com a abordagem multidimensional. Em um contexto geral, Polanyi não se volta contra os mercados homogêneos, também não se mostra contrário aos grandes negócios, mas para o autor o que faz a diferença é a ação dos pequenos e médios empreendimentos, por promoverem a diversificação do mercado oferecendo oportunidade e mitigando a ação dominadora do mercado sob a sociedade.

Além dos traços em comum relacionados ao mercado, na abordagem local assim como na abordagem multidimensional, o desenvolvimento ocorre em uma sociedade organizada, cujas formas de organização e cultura condicionam os processos de mudança estrutural. Nesse processo a estruturação dos laços de solidariedade, cooperação e familiaridade ganham destaque; a utilização das relações sociais do grupo incentiva a confiança mútua e a formação de redes de informação e de incentivo, ao mesmo tempo em que viabiliza o acesso ao crédito a pessoas que não têm bens econômicos como garantia.

Em ambas as abordagens o Estado aparece como um importante agente impulsionador do desenvolvimento. Jair Filho (2001) diz que o papel do Estado, frente ao desenvolvimento local/regional, tem que ser balizado em um “modo de intervenção pragmático”, o qual não valoriza em absoluto o princípio neoliberal nem o princípio do dirigismo estatal. A intenção é não aceitar a crença cega de que o mercado e os preços sejam os únicos mecanismos de

coordenação das ações dos agentes. Mas também não admitir o dirigismo generalista que leva à burocracia pesada, à hierarquia rígida e ao desperdício financeiro.

Ao Estado, na interpretação de Polanyi, compete proteger a sociedade face aos desequilíbrios estruturais, assegurar à população condições de vida, através de uma administração pública forte e competente; com uma clara articulação entre os objetivos sociais e econômicos. Forte não na capacidade de reprimir os demais autores sociais, mas forte em sua competência, em sua capacidade de ativação, de desenvolver políticas dirigidas a ambos os setores, público e privado, com base numa liderança e visão de longo prazo, normas e valores comuns, bem como regras e instituições que promovem a confiança e coesão. O Estado deve desempenhar seu papel de agente redistribuidor e agente organizador sempre de forma proativa, se antecedendo às demandas sociais evitando assim a constituição de um assistencialismo puro.

A abordagem do desenvolvimento local parece bem mais robusta em mecanismos. Além de se apresentar popular em seus termos e práticas; ela não está vinculada de forma específica às dimensões da abordagem multidimensional, mas aos aspectos dimensionais são perceptíveis em sua estruturação. De certo modo nenhuma “teoria” traduz outra por completo; assim acontece com a abordagem multidimensional e a abordagem local do desenvolvimento; elas apresentam pontos particulares de convergências. Essas semelhanças revelam que o pensar polanyiano não é uma simples quimera em relação à realidade moderna, tendo em vista que existem modelos atuais com previsões semelhantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pressupostos de Polanyi, hoje podem parecer óbvios, mas foram pesados e estruturados em um período em que o mundo caminhava em uma direção totalmente diferente. Enquanto a economia *mainstream* se dedicava quase inteiramente ao estudo da economia formal, aquela que ficava registrada e que era espelhada na contabilidade nacional, Polanyi foi além e examinou as atividades econômicas tradicionais que sobreviviam na sociedade moderna. Formas de redistribuição, costumes de reciprocidade, fóruns de trocas não

lucrativas e ainda fenômenos de produção a uma escala reduzida, não registada. Ele sustentava que, sem esta economia informal, sem os inúmeros pequenos serviços prestados entre os membros de uma família, entre amigos e entre vizinhos, a sociedade não conseguiria sobreviver (MARTINS, 2007).

Contudo, nem todos os autores compartilham da visão otimista de Polanyi, de que é possível “descentralizar” o mercado do sistema social. Araújo (2009), por exemplo, reconhece que Polanyi tem o mérito de ter redescoberto o homem como ser social, mas por outro lado, diz que Polanyi precisa aceitar a centralidade da esfera econômica no ser social, pois a não aceitação desse fato torna a análise geral de Polanyi poética. De certa forma, Polanyi predisse que existiria um embate de ideias. Na visão do autor isso acontece porque a economia de mercado paralisou a imaginação social e alimentou a ideia do determinismo econômico. Com isso, “tornou-se quase impossível evitar a conclusão errônea de que, tal com o homem “econômico” era o homem “real”, a sociedade de mercado era realmente a “sociedade” (POLANYI, 2012b, p. 221).

A conclusão que Polanyi chega é que no contexto geral, o problema da indústria (do mercado) se resolveria pela ação planejada do Estado como também pela ação dos próprios produtores e consumidores. E que esse esforço só terá ter êxito se for disciplinado por uma visão global do homem e da sociedade que seja muito diferente da que foi herdada da economia de mercado (POLANYI, 2012b).

Após um século de “desenvolvimento” cego, Polanyi esperava que o homem fosse capaz de restaurar o seu habitat. Que a sociedade moderna a partir das ruínas do “mundo velho” fosse capaz de construir um mundo novo com estruturas sólidas, capaz de equilibrar as forças que conduzam a sociedade rumo ao progresso. O anseio da obra de Polanyi é mostrar a necessidade de reconstrução social através de outras forças que possam mover o sistema rumo ao equilíbrio (STIGLITZ, 2012). Se de fato ele nos mostra as respostas não sabemos, mas de certo existem indícios que alimentam a perspectiva de que é possível lançar um novo olhar sob o processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. H. F. Polanyi e Granovetter a partir do olhar de Lukács. **Revista econômica**, v. 17, n. 1. Ano 2015.

BENJAMIM, C. Notas da edição brasileira. In: POLANYI, K. **A Subsistência do Homem e Ensaios Correlatos**. Organização Kari Polanyi Levitt. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012 (1ª. ed. inglês: 2012), p. 11-44.

CANGIANI, Michele. A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. In: POLANYI, K. **A Subsistência do Homem e Ensaios Correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012 (1ª. ed. inglês: 2012), p. 11-44.

CURTO, D. R; DOMINGOS, N; JERÓNIMO, M. B. A "Grande Transformação", de Karl Polanyi: questões de interpretação. In: POLANYI, K. (Ed.). **A Grande Transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo**. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 9-37.

DIAS, T; SILVIO, C. **A relação entre Estado e sociedade no século XX: A perspectiva paraeconômica como estratégia neodesenvolvimentista**. CEPAL, 2014. (Coleção Documentos de projeto)

FILHO, J. A. A endogenização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas**. n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

FRANCA FILHO, G. C; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HIRSCHMAN, A. **A moral secreta do economista**. Tradução de Carlos Alberto Fernando NicolaDastoli. São Paulo, UNES, 2000.

LISBOA, A. M. **A Crítica de Karl Polanyi à Utopia do Mercado**. **SOCIUS**, n. 2, 2000.

MARTINS, A. E. **Grande Transformação: Alcance e actualidade da obra de Karl Polanyi**. Universidade técnica de Lisboa instituto superior de economia e gestão 2007. Disponível em: <<http://www.adelinotorres.com>> Acesso 26.09.2014.

NUNES, M. B; SCHWARTZMAN, S; WROBEL, V. Estratificação Social e Educação: Caminhos e Alternativas para o Homem do Campo. **Revista de Ciências Sociais**, v. 16, 1977.

PINTO, J. R. L. **Economia Solidária. De volta a arte da associação**. UFRGS. Porto Alegre, 2006.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Karl Polanyi. Tradução de Fanny Wrabel. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a.

POLANYI, Karl.. **A nossa obsoleta mentalidade mercantil**. Repr. in Primitive, Archaic and Modern Economies, essays of Sari Fokunapi, George Dalton ed., Nova Iorque. v. 3. Fevereiro de 1947. p. 109.117.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Organização Kari Polanyi Levitt. Rio de Janeiro: contraponto, 2012b.

POLÈSE. M. **Économie urbaine et régionale**: Logique spatiale des mutations économiques. Paris (Bibliothèque de Science Régionale), Économica, 1994, 400p.

REIS, S. R. G. **Condições e Modos de Vida do Operário Inglês da Primeira Revolução Industrial (1780-1840)**. set. 2008. < disponível em: <<http://portaldo professor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html? aula =35736>> Acesso em: 05 jul. 2014.

SALE, K. **Inimigos do futuro**: a guerra dos luditas contra a revolução industrial e o desemprego. Tradução de Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 1999. 278 p.

STIGLITZ. Joseph. **Prefácio**.: In Polanyi, K. (Ed.). A Grande Transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo. Lisboa: Edições 70. p. 9-37.

VINHA, V. G. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (social embeddedness). **Revista Econômica**, v. 3, n. 2. dez. 2001.

ZARUR. G. C. L. Economia para a felicidade e para a sobrevivência dos povos. **Cadernos ASLEGIS**, 38, set./dez. 2009.